

Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti

Joseli Maria Silva

Marcio Jose Ornat

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: O texto tem por objetivo explorar a relação entre espaço urbano, poder e gênero, por meio da vivência de pessoas que se autodefinem travestis¹ na cidade de Ponta Grossa- PR. Através da colaboração de treze pessoas que realizaram relatos de sua vivência urbana, foi evidenciado que a cidade é experienciada de diferentes formas por diversos grupos sociais que produzem o espaço urbano de forma a tensionar a hegemonia da heterossexualidade compulsória. As identidades das travestis são instituídas por suas espacialidades, assim como o espaço é instituído por suas identidades. Nesse sentido, o espaço urbano é paradoxal, plurilocalizado e multidimensional, possibilitando tanto a hegemonia heteronormativa como a resistência aos poderes pretensamente naturalizados da ordem de gênero.

Palavras-chave: gênero, espaço urbano, travestis.

Introdução

Este texto tem por objetivo explorar a relação entre espaço urbano, poder e gênero, por meio da vivência de pessoas que se autodefinem travestis. Para a realização deste trabalho, cujo objeto empírico de análise é a cidade de Ponta Grossa – PR, contamos com a colaboração de treze pessoas atuantes no comércio sexual e que compartilharam suas experiências espaciais através de vinte e uma entrevistas em profundidade. O roteiro dirigido teve como eixo investigativo três espacialidades distintas (casa, vizinhança, cidade) e em diferentes fases da vida (infância, adolescência e maturidade). O discurso foi analisado por meio de técnicas que constituíram redes semânticas e deram sentido à análise empreendida. Na primeira seção do texto são exploradas as diferentes perspectivas de análise das relações entre espaço urbano e gênero, a fim de construir o caminho teórico possível para trazer à visibilidade a

1 Embora o termo travesti seja categorizado como relativo ao gênero masculino na língua portuguesa, utilizaremos a expressão no feminino para respeitar a linguagem do grupo de pessoas que fizeram parte da pesquisa. O grupo de travestis investigado atua no comércio sexual da cidade, embora que este tipo de atuação não seja uma regra para as pessoas que se auto-identificam como travesti. É importante esclarecer que os nomes utilizados no texto são fictícios.

experiência travesti no campo da ciência geográfica. Na segunda seção é realizada uma análise da vivência dos grupos de travestis, na qual se destacam duas características espaciais: interdição de espacialidades cotidianas e formação de territórios de resistência.

Espaço, poder, gênero e a experiência urbana travesti

A análise das relações entre gênero e espaço urbano tem uma longa trajetória no campo da geografia anglo-saxã. Iniciada nos anos 70, a vertente geográfica conhecida como “Geografias Feministas” passou por diversos movimentos epistemológicos ao longo de quase quatro décadas, marcados por diferentes perspectivas temporais. Três importantes momentos de críticas e tensões teórico-epistemológicas merecem ser destacados, embora até hoje o campo científico seja marcado pela diversidade de abordagens.

Oberhauser, Rubinoff, De Bres, Mains e Pope (2003) simplificam a trajetória de produção científica das geografias feministas, evidenciando que, da metade ao final dos anos 70, os estudos sobre espaço e gênero limitavam-se ao mapeamento de padrões espaciais de atividades femininas e a produção de estatísticas fortemente baseadas nas diferenças corporais, e centrados na categoria mulher. O segundo importante movimento teórico foi desenvolvido durante os anos 80, profundamente influenciado pelo marxismo e pela noção de patriarcado, vincula as lutas de classes às desigualdades de gênero e alega que o corpo das mulheres não basta para defini-las, uma vez que a materialidade corpórea só adquire existência quando assumida pela consciência das ações no seio da sociedade, interpretada temporal e espacialmente.

A concepção de construção social dos gêneros, incorporada às análises geográficas, trouxe vitalidade ao campo científico, como argumentam McDowell (1999) e Rose (1993). As cidades se converteram em fértil campo de investigações feministas, justamente porque nessa escala espacial era possível compreender vários elementos simultâneos, como os aspectos sociais, econômicos e culturais que compõem a vida a partir de relações de gênero.

A análise da produção científica realizada por Bondi e Rose (2003) sobre as relações entre gênero e espaço urbano, no artigo *Constructing Gender, Constructing The Urban: a review of Anglo-American feminist urban geography*, embora esteja atrelada ao referencial anglo-saxão, permite compreender o perfil das abordagens no desenvolvimento deste campo temático. As formas urbanas dos países em que se desenvolveram os estudos feministas apresentam uma concepção de planejamento e organização que refletem a ordem bipolarizada dos gêneros feminino e masculino. Segundo Bondi e Rose (2003), a divisão rígida da cidade em áreas industriais, serviços e residenciais está estreitamente vinculada aos papéis tradicionais de homens e mulheres. Assim, as áreas dedicadas à produção do capital são hegemonicamente masculinas e as áreas residenciais estão associadas à reprodução social e às vivências femininas, como argumentam Pratt e Hanson (1988).

A constatação de que o espaço urbano é organizado de forma sexista e que ele funcionava ativamente como um elemento de ordenamento das relações de gênero foi amplamente discutida por Massey (1984). Sob esta concepção, foram criticados os padrões de uso e ocupação da terra que separam as áreas residenciais dos espaços produtivos e de serviços, além da qualidade dos sistemas de transporte, que dificultavam a mobilidade urbana das mulheres, responsáveis pela vida familiar, e sua ascensão às oportunidades de trabalho e de estudo.

A concepção de cidade, segundo os trabalhos feministas, reforçava os papéis tradicionais de homens e mulheres e constituía uma barreira para a superação das desigualdades de gênero, uma vez que separava, de forma contundente, as esferas públicas e privadas, como pode ser visto em McDowell (1983).

O terceiro momento de críticas às abordagens das relações de gênero e espaço que mobilizou o campo das Geografias Feministas ocorreu nos anos 90, e esteve centrado na discussão em torno da primazia da compreensão bipolarizada e oposicional entre o feminino e o masculino. Além disso, as críticas eram direcionadas também à adoção de uma feminilidade genérica, pautada pelas relações de classes e fundamentada na figura da mulher esposa, mãe, heterossexual, branca e trabalhadora, que relegava a planos inferiores outras identidades marcadas por sistemas políticos e culturais de opressão, como a sexualidade e a racialidade.

As críticas em torno do perfil de produção científica geográfica feminista que preteriu as identidades sexuais e raciais abriram outras perspectivas de análise, envolvendo o espaço urbano. Knopp (1992), em seu artigo “*Sexuality and the spatial dynamics of capitalism*”, argumenta que o desenho urbano, baseado nas divisões dos papéis de gênero e da divisão espacial do trabalho, implica a construção da sexualidade hegemônica. No entanto, argumenta o autor, as lutas sociais em torno dos direitos sexuais podem re-significar as representações dos espaços, tornando necessária a construção de caminhos contra-hegemônicos de reorganização espacial.

A incorporação das críticas sobre a produção feminista que negligenciava as identidades raciais e sexuais resultou na emergência de uma vertente que passou a autoidentificar-se como “Geografias Queer”, que, se por um lado mantinha elementos comuns com as Geografias Feministas, como a crítica à perspectiva androcentrada da ciência, por outro, desenvolveu uma perspectiva desconstrucionista do discurso geográfico, apoiada em obras de Michel Foucault (1988) e Judith Butler (1990), bem como de Teresa de Lauretis (1987) e Donna J. Haraway (1991).

A vertente geográfica *queer* ampliou o escopo de luta também dentro das geografias feministas, superando a perspectiva de gênero polarizada em um campo de forças oposicional entre homens e mulheres, e contemplou outras categorias de análise envolvendo uma perspectiva relacional entre gênero, sexualidades, classe, raça, etnia. Além disso, forjou uma crítica epistemológica que pode ser válida para compreender as ausências de vários grupos sociais subalternos, que são sistematicamente negados pelo saber científico geográfico.

Contudo, se houve um avanço científico na compreensão das relações entre gênero e espaço urbano, desde o argumento de que a forma de organização das cidades

é altamente sexista, até a emergência da denúncia de que as cidades reforçam a ordem heteronormativa compulsória, não se pode dizer que o planejamento e organização das cidades tenham desenvolvido outras formas de re-direcionamento do desenvolvimento urbano, que não esteja subordinado às tradicionais perspectivas da divisão sexual dos espaços, baseado na pretensa naturalidade entre sexo, gênero e desejo. Assim, como vivem concretamente as pessoas que não se enquadram na ficção social reguladora dos gêneros oposicionais masculinos e femininos? A seção seguinte explora a vivência das travestis e evidencia suas interdições espaciais e a criação de alternativas como o território da prostituição.

Espaço urbano e a vivência do ser travesti: entre interdições e territórios

Os corpos que não se encaixam na matriz heteronormativa organizadora da inteligibilidade da realidade socioespacial são considerados “abjetos”. Esta expressão de Judith Butler contida na entrevista realizada por Prins e Meijer (2002, p. 161) define corpos “cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como 'não importante’”. O fato da existência de seres humanos ocorrer através de corpos considerados abjetos, não quer dizer que não possuam uma existência concreta, que suas histórias de vida e ações não façam parte do espaço urbano.

Duncan (1990) argumenta em *“The city as text”* que a paisagem urbana é um sistema de significados, depositária e transmissora de informações, tal qual a linguagem expressa em textos escritos. A “paisagem/texto” é um discurso, uma estrutura social de inteligibilidade dentro da qual todas as práticas são comunicadas, negociadas e desafiadas. Cada grupo social interpreta o texto urbano de forma diferente, ao mesmo tempo em que o produz, de forma simultânea. As inter-relações de textos que se entrecruzam, instituintes e instituídos da “cidade texto” são as “intertextualidades”. Assim, mesmo os corpos considerados abjetos tecem seus próprios textos urbanos, como as travestis, foco deste estudo que resgataram em suas memórias as experiências espaciais que subvertem a ordem hegemônica que nega sua existência.

O texto urbano tecido na existência travesti é composto por espaços-temporais diversos, resgatados de suas memórias. Cosgrove (1999, p. 23) argumenta que a memória constitui uma temporalidade na qual o espaço aparece como fenômeno vivo e significativo. Em sua reflexão, a memória é tanto individual como social, pois “as relações sociais de memória (são) a memória das relações sociais, e são poderosamente importantes na constituição da identidade e do lugar”. Assim, os relatos de vida das pessoas que colaboram com o presente trabalho são memórias construídas que articulam os acontecimentos passados, interpretados à luz do presente, permanentemente negociadas intersubjetivamente na construção identitária, tal qual proposto por Pollak (1992), tendo a espacialidade destas relações fundamental importância.

A análise das vinte e uma entrevistas realizadas com o grupo das travestis, que tiram seu sustento da atividade da prostituição evidencia um conjunto de 906 evocações referentes às suas relações socioespaciais que podem ser reunidas em quatro conjuntos: o território da prostituição com 58% das evocações, a casa com 17%, a cidade com 11% e outras espacialidades que reuniu 14% das evocações, sendo que esta

última categoria não caracteriza uma tendência que possa ser reunida num único eixo de análise discursiva.

A casa é uma espacialidade rememorada das vivências infantis, adolescentes e adultas. Do total de evocações referentes à casa, 50% relaciona-se aos dois primeiros períodos de vida e os outros 50% relaciona-se à vida adulta. A espacialidade da casa compõe as relações do núcleo familiar próximo como mães, pais, irmãos e também de familiares mais distantes. É também na espacialidade da casa que são vivenciados os primeiros sentimentos de diferença em relação aos outros, que marcarão a identidade das travestis. No ambiente privado a travesti resgata também as vivências afetivas com companheiros e maridos.

A casa é uma espacialidade rememorada na infância compondo as relações materna e paterna. As vivências da relação paterna são significativas na fase de infância e adolescência e em geral, ela é o marco mais importante da deflagração dos conflitos em torno das exigências do exercício da masculinidade e das práticas de agressão física e psicológica. São comuns os relatos de violência física e inclusive sexual, culminando com a expulsão da travesti do convívio familiar. O relato que se segue é expressivo do padrão de relações paternas evidenciado no grupo:

Ele chegou bêbado em casa, e falou para mim assim, que se eu era travesti, que se eu era bicha, ele não aceitava viado na família. E daí ele falou que se eu gostava disso, então tá a minha rola para você chupar, tirando o pênis para a fora. Daí eu falei: não pai, eu não quero. Então vou levar você pra ganhar dinheiro com os meus amigos. Daí eu falei: não pai, imagina. Eu tinha onze para doze anos. [...] Ele pegou uma mochilinha que eu tinha da escola, pequenininha assim. Colocou uma calça jeans, uma camiseta, uma jaqueta daquela jeans também e falou para mim: pode ir embora. Daí eu falei que ia levar mais roupas. Ele falou que eu não ia levar roupa nenhuma e se quer roupa, compre! Isso aconteceu de madrugada. Disse: pode ir embora. Daí eu comecei a sair de casa chorando, eu tinha onze anos. Daí eu comecei a olhar para trás. Daí ele falou assim: não olhe para trás que eu te arrebeno na porrada! [...] E daí fiquei largada na rua [...]. (Entrevista realizada com Eirene em 03.04.2007).

As evocações das experiências maternas vinculadas às memórias espaciais da casa estão presentes, na maioria das vezes, ao longo da vida. O vínculo materno, embora conflituoso, mesclado pelo paradoxo da aceitação e rejeição é mais estável e permanente do que a relação paterna. Mesmo que a relação não seja completamente positiva, há um esforço de busca deste vínculo e há também casos em que é a mãe, apesar de não aceitar, que apoia as opções da sexualidade vivenciada pela travesti.

A espacialidade da casa é resgatada também nas primeiras percepções de suas diferenças em relação às crianças com quem conviveram. O exercício das brincadeiras masculinas são, em geral, rejeitadas e esse fato é motivo de questionamentos e conflitos internos que geram sofrimentos porque não correspondem às expectativas familiares e sociais das normas de gênero hegemônicas, conforme o relato que segue:

Que eu tenho lembrança dos meus cinco anos em diante, dos seis, sete anos de idade em diante eu já sabia que eu era diferente. Sabia que eu gostava de homem, que eu sentia atração, porque quem é assim já sabe [...]. já ficava imaginando o melhor amigo, sempre o melhor amigo, acho que já fazia questão de ficar mais próximo por isso. Mas em relação ao meu corpo, com doze anos eu fui ver que eu era diferente, que o meu corpo era diferente. (Entrevista realizada com Nike em 01.02.2007).

A relação com o(a) companheiro(a) é a mais intensiva evocação das experiências espaciais relacionadas à casa. Tal relação está sempre relacionada a uma oposição às práticas espaciais vivenciadas no território da prostituição e há uma busca do exercício dos papéis de gênero tradicionalmente verificados nos casamentos convencionais, com algumas singularidades. As oposições entre as experiências vividas em casa e no território da prostituição se dão em torno das relações sexuais, afetividade e fidelidade. As travestis apontam a fidelidade como um componente fundamental da experiência da conjugalidade. Contudo, a fidelidade exigida está estabelecida por regras próprias contratadas na casa para conciliar a atividade de prostituição vivida pelas travestis. As normas evocadas no discurso é o veto da realização da atividade de prostituição em casa, atribuindo à casa um valor de respeito à relação com o(a) companheiro(a), a negação do beijo na boca e a regulação do prazer da travesti no ato sexual exercido na prostituição.

As condutas sexuais que se evidenciam nos discursos das travestis são convencionadas na relação entre os parceiros da conjugalidade, mas também estabelecidas no grupo social de pertença identitária. Portanto, é através da performatividade que estas regras e normas são reiteradas, materializando em uma relação conjugal de indivíduos em conflito com a ordem vigente de gênero as mesmas normas de relacionamento vividas na heterossexualidade compulsória. Elas, paradoxalmente, alinham-se aos preceitos da heteronormatividade que atribuem os papéis masculinos e femininos do relacionamento conjugal, como pode ser visto nos relatos que seguem. No primeiro caso, trata-se de uma travesti que vive maritalmente com um homem e no segundo, de uma travesti casada com uma mulher.

Como casada, com o companheiro, você vai conviver com ele, você vai cuidar dele como uma mulher mesmo, você vai ser passiva. Porque a maioria das travestis que tem uma relação, elas saem da vida (da prostituição). Pra poder sobreviver uma relação você tem que estar fora da prostituição. Não pode misturar. Ou você fica com o parceiro mesmo, ou você fica na prostituição. Porque o parceiro vai ter ciúme de você, ou você fica com a cabeça no parceiro. Então é difícil. [...] Você veja bem, se eu vou viver com um rapaz, eu vou me dedicar a ser perfeita pra ele. Vou cuidar da casa, do bem estar dele. Então eu vou ser sempre prestativa, como uma mulher é pro marido. (Entrevista realizada com Héstia em 15.03.2007).

Se a travesti é casada com uma mulher, que é minoria, mas tem, como o exemplo da Têmis, ela tem que fazer como ela faz, ela tem que se virar, tem que ser o homem da relação. Ela tem que ir para a rua, conseguir dinheiro, tem que sustentar a esposa, como o homem sustenta a esposa. Agora a travesti que é casada com homem, acho que o homem tem que

sustentar a travesti. E se a travesti quiser ir para a rua, para gastar dinheiro nas futilidades, ela vai, se não quiser, não. (Entrevista realizada com Afrodite em 20.03.2007).

Mesmo quando as conjugalidades se dão de formas distintas, uma travesti vivendo com um homem ou uma mulher, os papéis definidos se dão pelo “outro” da relação. Podem ser encontrados os gêneros performáticos mais convencionais da sociedade heteronormativa, sendo vividos e desejados de forma intensa por estes seres transgressores da linearidade sexo-gênero-desejo. Os elementos comuns no discurso das travestis são também oposicionais: homem provedor, travesti mantenedora do bem estar da casa. Homem ativo na relação sexual e travesti passiva, assim como uma certa necessidade de optar pela vida de prostituta ou de dona de casa e esposa. Contudo, estas mesmas normas não são obedecidas quando a travesti é casada com uma mulher, já que a esta travesti será conferido o status masculino, mesmo que ela esteja identificada com o gênero feminino em sua estilística corporal.

A cidade categoria cidade é resgatada como elemento constituinte da adolescência e da vida adulta das travestis e é através dela que trazem três eixos discursivos, a conformação do ser travesti, através de sua auto-imagem relacionada ao sentimento de diferença dos outros e o exercício da prostituição.

As relações que foram apontadas pelas falas das travestis, que se relacionavam à espacialidade da cidade, ou ao espaço urbano, em sua maioria tinham referência à fase adulta, com 82 % das evocações, a fase da adolescência com 17% e a infância com 1% das evocações.

As principais evocações para descrever o ser travesti são a batalha, coragem e o uso do silicone, que é central em sua vida pois, é através dele que ela alcança as formas desejadas do corpo feminino. As travestis se auto-definem como indivíduos que possuem a força masculina com a fragilidade feminina. Elas buscam a inteligibilidade de si mesmas a partir de explicações em duas direções. Uma delas é através de argumentos médicos e biológicos, relacionados ao fato do corpo das travestis possuírem maior quantidade de hormônios femininos do que masculinos. A outra forma de explicar sua existência é através da divinização do ser travesti, através de sua associação com anjos, sem sexo definido, ou ainda, uma alma feminina aprisionada em um corpo masculino.

A cidade produzida por jogos de intertextualidade, como proposto por Duncan (1990), apresenta também as teias urbanas tecidas pela experiência travesti, denominada por Silva (2007) de 'produção do espaço interdito'. O espaço, para esta geógrafa, é produzido tanto pelo visível, concretizado na paisagem, como por seu complemento contraditório, o invisível. O espaço urbano composto pelas histórias de vida das travestis aqui retratadas espelha o sofrimento de exclusão espacial da escola, das instituições de saúde e religiosas e é a partir deste panorama de rejeição, que se normaliza a circulação urbana das travestis no período noturno, relacionada à atividade de prostituição.

A auto-imagem construída pelas travestis em relação à cidade é paradoxal. A admiração social pelo corpo feminino que possuem está associada às agressões sofridas pela exposição de um corpo que não corresponde às normas de gênero vigentes. O sentimento de inveja advindo de mulheres ao lado do desejo dos homens. O corpo andrógino que a faz sofrer é também fonte de seu sustento, co-existindo a fama ao lado do abandono.

As experiências espaciais compartilhadas pelo grupo são marcadas pelo abandono, percepção da diferenciação em relação aos demais meninos na infância e adolescência e exclusão socioespacial. Paradoxalmente, estes elementos acionados nas conversas entre elas, se constituem em processos de identificação entre iguais e, assim, criam laços que se fortalecem na formação de territórios. É o compartilhamento de sofridas experiências socioespaciais que promovem processos de identificação que confluem para um espaço que se torna território. É a vivência do território, instituído por normas e comportamentos convencionados dos corpos, que as travestis produzem suas identidades e conseguem fazer frente aos outros grupos sociais.

O território é uma espacialidade fundante da vida adulta da travesti. Esta espacialidade é evocada somente relacionada à vida adulta e está relacionada aos seguintes eixos discursivos: prostituição e controle do território. O controle do território pressupõe uma certa união das travestis envolvidas com a atividade da prostituição, na reprodução cotidiana do território, colocado no espaço urbano como elemento contraditório / complementar à heteronormatividade.

Os elementos componentes do território da prostituição travesti são complexos e paradoxais. A violência é um componente fundamental, contudo, o território é construído também pelas afetividades, tornando-se a possibilidade de vivências e disputas que ultrapassam as concorrências puramente econômicas de locais que possibilitam maiores ou menores rendimentos financeiros.

A aceitação de uma nova participação na vivência do território da prostituição travesti se dá através de uma espécie de ritual de passagem estabelecido pelas travestis mais antigas na apropriação territorial. Ao lado da violência, há a exigência da humildade, da honestidade, do reconhecimento da superioridade das 'mais antigas'. A resistência nesta conjuntura demonstra a vontade, a resignação e a aceitação das normas convencionadas no grupo das travestis, possibilitando a participação das/nas dinâmicas territoriais.

O primeiro ato que demonstra a intenção de participar do território é a permanência da travesti em algum local da área reconhecida como território de prostituição. A área reconhecida como espaço dominado pelo grupo possui algumas características que são importantes para que as práticas possam se desenvolver. Elege-se um local de grande tráfego de veículos, onde a passagem de famílias não seja comum, em geral, zonas comerciais e de serviços pesados. Esse tipo de local é considerado discreto porque durante a noite só frequenta a área quem está disposto a participar das relações que ali se estabelecem, em geral homens. A procura pela discrição deve-se ao fato da necessidade das travestis exercitarem a exposição dos corpos, seus atributos físicos diferenciais e as expressões dos estilos e gestuais que atraem os possíveis

clientes. Além disso, próximo à área de exposição, há uma área com menor iluminação, onde o programa sexual pode ser contratado.

Ocupar uma posição nas relações territoriais depende das estratégias da travesti recém-chegada em reconhecer os códigos grupais e resistir ao ritual de passagem, como pode ser visto no relato que se segue:

Eu vou ficar e pronto. Se a bicha for forte, tiver peito para ficar, coragem para ficar, ela fica. Agora se ela não tiver, dá pancadaria. Porque tipo assim, é muito raro quando uma briga de travesti fica só no bate-boca. É muito raro. Normalmente é via de fato. Pelo menos desde a minha época é. É igual o que eu falei para a travesti de fora: você não vai ficar! Se ela reagisse, ela apanharia. Este também é o caso de se a travesti for muito fofoqueira, muito mexeriqueira, ficar colocando uma contra a outra, elas se reúnem e falam: você não fica mais aqui. Existe isso. Mas em matéria de só querer. Se eu não quero que você fique, eu tenho que ter um motivo, eu tenho que ir lá e falar. Se a bicha falar, me tire daqui, daí é pancada. Quem apanhar sai fora. Mas normalmente acaba apanhando, e bem mais tarde acaba voltando, porque dá dó, já apanhou, deixe ela, entendeu. Mas normalmente o controle é feito assim. Eu não sou assim, se eu tocar uma travesti da esquina, ai dela se ela voltar. (Entrevista realizada com Nike em 01.02.2007).

Um ponto no território de prostituição travesti não pode ser ocupado por dois corpos. Isso porque o primeiro contato entre a travesti e o cliente que passa de carro é visual e o isolamento dos corpos diminui a concorrência. O uso da violência para o controle do território se expressa como uma forma de afirmação da travesti frente às demais travestis e no exercício identitário do grupo conforme as normas a serem comunicadas, reconhecidas e incorporadas pelas integrantes.

O território estrutura-se de pontos hierarquizados pelas práticas de violência, mas também pela conquista e concentração de elementos considerados fundamentais nas práticas convencionadas pelo grupo, como a beleza, as transformações corporais que ascendem às marcas de feminilidade e também do tempo de apropriação do ponto, chamado por elas de “tempo de batalha”. Assim, as travestis que reúnem os elementos acima elencados e que passam a ser reconhecidas pelas demais travestis como uma importante referência para o grupo, passam a gozar de prestígio e de locais de melhor visibilidade e conquista financeira. O território da prostituição travesti, portanto, constitui-se em relações de poder que hierarquizam as pessoas, as quais são plenamente identificadas em posições centrais, periféricas ou até mesmo excluídas. Portanto, o território instituído pelas relações de poder é ao mesmo tempo instituidor do poder das pessoas que o compõem.

A estruturação das relações de poder se faz em um movimento de tensionamento eterno, nos termos utilizados por Foucault (1988). Não existe um poder estático, unidirecional e não contestado pelos seres subordinados a ele. As estratégias de manutenção do território da prostituição se dão também nas relações entre o grupo de travestis, a vizinhança e os clientes, evidenciando, tal qual Rose (1993) que o território é

multidimensional, havendo mais de um plano raso de relações a ser analisado. É nos múltiplos planos que os sujeitos, tensionados, se reposicionam espacialmente, podendo ou não constituir territórios.

A relação com os clientes é o elemento fundamental na instituição do território da prostituição, já que sem eles a atividade não ocorreria. A relação entre o cliente e a travesti não é homogênea e unilinear, mas ao envolver a dimensão espacial, pode-se vislumbrar o território paradoxal, proposto por Rose (1993). O território paradoxal é complexo, constituído pela articulação de variadas dimensões. Em cada dimensão ou espacialidade de vivência, a travesti pode se encontrar em centro ou margem de relações. As plurilocalizações das travestis entre centro e margem das relações de poder podem subverter a ordem de forças entre o grupo das travestis e outros grupos. Assim, o território paradoxal da prostituição travesti, multidimensional, é potencialmente desestabilizador da configuração entre *eu* e *outro*, entre centro e margem, apreendidos como simultaneamente separados e conectados

Numa primeira dimensão do território paradoxal da prostituição, a travesti é a responsável pela determinação das características do contrato de serviços sexuais e, assim, conquista o centro da configuração de poder. Os clientes se colocam na periferia, mesmo que possuam vantagens financeiras. Este sujeito procura a travesti para viver o prazer interdito pela sociedade heteronormativa. Contudo, o deslocamento dos corpos para a realização do programa reposiciona o feixe de relações, colocando a travesti em situação de maior fragilidade em relação ao cliente, sendo comum os relatos de abusos, calotes e violências cometidas pelos clientes. Assim, o território paradoxal é movimento e criação constante.

As falas das travestis demonstram que o território vai além do ganho financeiro obtido com o comércio das práticas sexuais. O território torna-se elemento fundante do ser travesti, evidenciando uma relação de duplo vínculo entre território e sujeito. As evocações realizadas pelas travestis denotam que o território da prostituição se compõe dos seguintes elementos: atividade comercial sexual, aceitação e admiração do ser travesti, aprendizados de práticas convencionadas no grupo e técnicas de transformação do corpo, consumo de drogas e álcool, violência e preconceito.

É a atividade da prostituição a forma quase que exclusiva que a sociedade brasileira aceita para subsistência material das travestis. Nesse sentido, o território da prostituição é contraditório / complementar aos espaços interditos à vivência das travestis como as escolas e locais de trabalho, sendo as práticas sexuais comerciais que instituem o território, seus elementos de reconhecimento e aceitação sociais.

Se os espaços interditos impossibilitam as mais corriqueiras vivências espaciais, é através do território da prostituição que as travestis obtêm e vivem uma intensa espacialidade. As falas das travestis evidenciam que o território supera a noção de obtenção de subsistência econômica, sendo composto por relações de amizade, redes de sociabilidade através das quais se aprende como ser travesti. Desde as práticas sexuais requisitadas pelos clientes, até os padrões de comportamentos, linguagens, vestuários e gestuais próprios do grupo, como evidenciado no trecho do relato da travesti Afrodite:

Eu aprendi na rua, tudo eu aprendi foi na rua. A minha vida mudou. Tudo, tudo, tudo eu consegui, cirurgia plástica, através da rua. A travesti vira travesti na rua. Como eu falei para você, eu nem sabia que travesti era ativa. Eu fiquei assustada, a primeira vez que eu fiz ativa, eu fiz dando risada. Ele de quatro e eu dando risada. Eu achei que era uma coisa do outro mundo. (Entrevista realizada com Afrodite em 20 e 21.03.2007).

A análise efetivada evidencia que o território pode ser compreendido por um espaço apropriado por um grupo que exerce a centralidade das relações de poder, ou seja, uma complexa relação existencial que institui sujeitos - espaço - poder e é simultaneamente por eles instituída, através das performances cotidianas. Assim, seguindo os argumentos de Rose (1993) pode-se afirmar que o território é paradoxal, constituído por múltiplas e variadas dimensões e espacialidades do ser travesti, posicionando sujeitos ora no centro, ora na margem de relações de poder, dependendo das marcas que estes corpos carreguem. Um território que se faz da separação / conexão entre eu e outro, entre centro e margem em constante movimento, possibilitando aos seres abjetos, impróprios e interditados à vivência socioespacial, sob a égide da heteronormatividade, criar resistências e existir através de seus territórios.

Considerações finais

Este trabalho explorou a relação entre espaço urbano, poder e gênero, evidenciando a vivência das travestis. Como argumenta Duncan (1990), o espaço urbano vivenciado pelas travestis é singular e expressivo das significações construídas de suas relações com os demais grupos sociais. As travestis vivenciam situações cotidianas de interdições espaciais que, de forma contraditória, tornam-se elementos fundantes da instituição simultânea de seu território e identidade em permanentes tensões de poder.

Silva, J. (2010) Urban space, power and gender: an analysis of the transvestite's life style. *Revista de Psicologia da UNESP* 9(1), 83-95.

Abstract:

The article aims at exploring the relationship between urban space, power and gender through the experience of people who define themselves as transvestites and whose empirical object of analysis is the city of Ponta Grossa, state of Paraná. Thirteen people who have collaborated in accomplishing reports of their urban experience revealed that the city has experimented with different ways of diverse social groups that produce urban space in order to tighten the hegemony of compulsory heterosexuality. The identities of the transvestites are established by its spatialities and the space is organized by its identities as well. In this sense, urban space is paradoxical, multilocalized and multidimensional, enabling both the heteronormative hegemony and resistance to the powers supposedly naturalized to the gender order.

Key words: *gender, urban space, transvestites.*

Referências

- Bondi, L. & Rose, D. (2003). Constructing gender, constructing the urban: a review of Anglo-American feminist urban geography. *Gender, Place and Culture*, 10(3), 229-245.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. London: Routledge.
- Cosgrove, D. (1999). Geografia Cultural do Milênio. In Corrêa, R. L & Rosendahl, Z. *Manifestações da Cultura no Espaço* (pp. 17-46). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Duncan, J. S. (1990) *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Foucault, M. (1988) *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Haraway, D. J. (1991). *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. London: Free Association Books.
- Knopp, L. (1992). Sexuality and the spatial dynamics of capitalism. *Environment and Planning D: Society and Space*, 10 (6), 651-669.
- Lauretis, T. de. (1987). *Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction*. Bloomington: Indiana University Press.
- Massey, D. (1984). *Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production*. New York: Methuen.
- McDowell, L. (1983) Towards an understanding of the gender division of urban space. *Environment and Planning D: Society and Space*, 1(1), 15-30.
- McDowell, L. (1999). *Gender, identity and place: understanding feminist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Oberhauser, A M.; Rubinoff, D.; De Bres, K.; Mains, S. & Pope, C. (2003). Geographic perspectives on women. In Gaile, G. L. & Willmott, C. J. (Eds.) *Geography in America at the dawn of the 21st century* (pp. 737-758). Oxford: Oxford University Press.

- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 5(10), 200-212.
- Pratt, G. & Hanson, S. (1988). Gender, class and space. *Environment and Planning D: Society and Space*, 6(1), 15-35.
- Prins, B. & Meijer, I. C. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 10(1), 155-167.
- Rose, G. (1993). *Feminism & Geography: the limits of geographical knowledge*. Cambridge: Polity Press.
- Silva, J. M. (2007). A produção do espaço interdito da experiência cotidiana do sujeito transgênero (texto completo). In VII Encontro Nacional da ANPEGE. *Anais*, 1-17. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Recebido: 29 de novembro de 2009.

Aprovado: 10 de março de 2010.